



Sede Nacional

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º Andar - 1150-109 Lisboa
Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 8470156
E-mail: geral@apg-gnr.pt
Site www.apg-gnr.pt



**Membro da Confederação
Europeia de Polícia – EuroCOP**
Organização não Governamental no
Conselho da Europa

Nota à Imprensa

Presidente da República Veta Estatuto da GNR

Foi com algum agrado que a Associação dos Profissionais da Guarda – APG/GNR recebeu a notícia de que o Presidente da República vetou o Estatuto da GNR que o Governo tinha enviado para promulgação.

Importa contudo clarificar, que **a APG/GNR não subscreve, de todo, os motivos que estiveram na base do veto** e que se prende com a criação do posto de Brigadeiro-General, que entende o Presidente da República poder “criar problemas graves no seio das duas instituições”, GNR e Forças Armadas.

Nunca tendo estado de acordo com a criação deste posto, a APG/GNR entende que na base dos motivos que deram origem ao veto e considerando a argumentação que consta do mesmo, o que parece causar “preocupação” ao Presidente da República é **a falta de correspondência entre a GNR e as Forças Armadas, visão que entendemos fere os princípios elementares de uma Instituição como a GNR**, que presta um serviço de segurança pública e da própria Constituição, que distingue segurança interna e defesa nacional.

A APG/GNR lamenta, que a este respeito o Presidente da República não tenha respondido ao pedido de audiência solicitado com carácter de urgência e que, ao tomar a decisão de veto, não tenham sido consideradas as questões que de facto ferem os mais elementares direitos dos profissionais da GNR.

Com audiência agendada para amanhã com a responsável da Tutela, a APG/GNR considera inadmissível que ainda não tenha tido acesso à versão final do Estatuto, pelo que desde já faz votos que, em nome da transparência, essa situação se inverta.

É já contudo certo que se trata de um **Estatuto militarista**, que vem cortar direitos no que respeita aos dias de férias, que multiplica as promoções por escolha com vista à promoção dos “mais amigos” e não dos mais aptos, premiando o princípio do apadrinhamento em detrimento do mérito efectivo e da competência profissional.

Relativamente à revisão deste Estatuto, se for para mantê-lo como está, revendo apenas uma norma, mantenha-se então o vigente, que é bem menos nefasto para os direitos dos profissionais.

A APG/GNR usará de todos os meios ao seu dispor para lutar contra este Estatuto, que não serve os profissionais e representa um retrocesso inadmissível no processo de modernização da Guarda.

Lisboa, 14 de Março de 2017

A Direcção Nacional